

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
ESPECIAL NOTURNO

Janaina de Azambuja da Silva

**MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E CONQUISTAS NA
INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM
UMA CIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Santa Maria, RS
2018

Janaina de Azambuja da Silva

**MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E CONQUISTAS NA INSERÇÃO DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciada em Licenciatura em Educação Especial Noturno**.

ORIENTADORA: Prof.^a Sabrina Fernandes de Castro

Santa Maria, RS
2018

Janaina de Azambuja da Silva

**MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E CONQUISTAS NA INSERÇÃO DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciada em Licenciatura em Educação Especial Noturno**.

Aprovado em 12 de dezembro de 2018:

Sabrina Fernandes de Castro, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Fabiane Vanessa Breintenbah, Doutoranda. (UFSM)

Elisiane Perufo Alles, Mestranda. (UFPR)

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

*Á minha família, minha mãe Rosa Maria, meu pai Ailton, meus irmãos e meu marido.
Aos meus professores que sempre carregarei com muito carinho. Enfim a todos que
fizeram parte desta caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria agradecer a DEUS pela força para chegar ao fim deste ciclo muito importante da minha vida, e por me dar forças para concluir a minha graduação de educação especial.

Aos meus pais, ROSA MARIA e AILTON, que me deram a vida, amor, carinho, educação e sempre estiveram presentes para a realização dos meus sonhos e aos meus IRMÃOS.

Ao meu marido VAGNER por estar sempre presente, por me incentivar e me apoiar sempre.

Aos demais familiares pela torcida e presença constante na minha vida.

Aos meus professores que sempre estiveram presentes na minha vida desde a educação infantil até a graduação, muito obrigado por todo o aprendizado transmitido.

Meu muito obrigado a todas as pessoas que fizeram parte desta caminhada, está conquista também é de vocês!

RESUMO

MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E CONQUISTAS NA INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: Janaina de Azambuja da Silva
ORIENTADORA: Sabrina Fernandes de Castro

Esta pesquisa abordou o tema “Mercado de trabalho: Desafios e conquistas na inserção da pessoa com deficiência intelectual em uma cidade do interior do estado”. E teve como objetivo geral compreender a inserção, os desafios e as conquistas encontrados pelos sujeitos com deficiência intelectual no mercado de trabalho, a fim de entender como ocorre a inserção em uma Cooperativa Agrícola. A fundamentação teórica abordou as seguintes temáticas: Deficiência intelectual, inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e Educação especial. Para atingir os objetivos foi utilizada uma entrevista semi-estruturadas. Os sujeitos foram o gerente local da unidade, o supervisor do departamento da Cooperativa Agrícola e dois sujeitos com deficiência intelectual. Verificou-se que a empresa tem um papel muito importante no processo de inclusão destes sujeitos e na inserção deles no mercado de trabalho e que os colegas de trabalho têm um importante papel na inserção dos sujeitos. O estudo mostra também que as baixas procuras dos sujeitos pelas vagas de empregos estão na maioria das vezes relacionadas à família e o medo de perder o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A pesquisa trouxe como resultado com as informações obtidas que na cidade as vagas não são muito procuradas pelos sujeitos, mas quando os sujeitos são contratados pela empresa as expectativas dos sujeitos e da empresa são supridas com satisfação de ambas as partes.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Mercado de Trabalho. Educação Especial. Inserção. Inclusão.

ABSTRACT

LABOR MARKET: CHALLENGES AND ACCOMPLISHMENTS IN THE INSERTION OF PERSON WITH INTELLECTUAL DISABILITY IN A RURAL TOWN IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Janaina de Azambuja da Silva

ADVISOR: Sabrina Fernandes de Castro

This research approach the theme "Labor market: Challenges and achievements in the insertion of person with intellectual disability in a country side town of the Rio Grande do Sul State". This research had as general objective to understand the insertion, the challenges and the achievements found by the subjects with intellectual disability in the labor market, in order to understand how it occurs in an Agricultural Cooperative. The theoretical foundation addressed the following themes: Intellectual disability, disabled people inclusion in the labor market and special education. To achieve the objectives a semi-structured interview was used. The subjects were the unit local manager, the department supervisor of the Agricultural Cooperative and two individuals with intellectual disabilities. It was verified that the company plays a very important role in the inclusion process of these disabled people and their insertion in the labor market are also supported by their co-workers. The study also shows that the subjects' low job searches are mostly related to the family and the fear of losing the Long-term Continued Benefit (LCB). The research concluded that the disabled people positions in the job market are not entirely filled, however, company and employees achieve good levels of satisfaction when the job contracts are sealed between both parts.

Keywords: Intellectual Disability. Labor Market. Special Education. Insertion. Inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Resultados do Portal de Periódicos.	12
Quadro 2.2 – Resultados dos artigos encontrados a partir das combinações entre os descritores, no portal de Portal de Periódicos.	13

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAIDD	Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DI	Deficiência Intelectual
ONU	Organização das Nações Unidas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	EDUCAÇÃO ESPECIAL	13
2.2	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	15
2.3	MERCADO DE TRABALHO.....	20
2.4	INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MERCADO DE TRABALHO	23
2.4.1	Amparo legal e as políticas de inclusão social para pessoas com de- ficiência	24
3	METODOLOGIA	28
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA.....	28
3.2	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS.....	29
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	30
4.1	VAGAS DE EMPREGOS E INSERÇÃO DOS SUJEITOS COM DEFICIÊN- CIA INTELECTUAL	30
4.2	INCLUSÃO DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MER- CADO DE TRABALHO	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
	APÊNDICE A – ENTREVISTAS	40
	APÊNDICE B – ENTREVISTAS	41
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	42
	APÊNDICE D – CARTA DE CARACTERIZAÇÃO	43

1 INTRODUÇÃO

Começo escrevendo este Trabalho de Conclusão de curso, contando um pouco da minha história até chegar aqui neste momento que é muito importante na minha vida e significativo o de tornar-se uma educadora.

Iniciei minha vida escolar no ano de 2000 na cidade de Formigueiro- RS onde estudei desde a educação infantil até a conclusão do ensino médio. Meu ensino fundamental na escola La Salle, no interior do município, uma escola bem pequena perto de minha casa. Mas como lá na escola em que eu estudava só havia até o quarto ano do ensino fundamental tive que ir para outra escola para concluir o ensino fundamental. Passando para o ensino médio fui matriculada em outra escola a Escola Estadual de Ensino Médio João Isidoro Lorentz a única de ensino médio em Formigueiro - RS.

Cursando o ensino médio veio um questionamento de uma professora qual profissão queríamos seguir. Comecei a me perguntar que profissão seguir. Certo dia uma de nossas professoras de ensino médio nos levou para o laboratório de informática que havia na escola para conhecermos alguns cursos oferecidos pela Universidade Federal de Santa Maria.

No ano de 2013 me inscrevi no vestibular na escola mesmo, pois morava no interior onde não havia internet para fazermos inscrições. No momento de efetuar minha inscrição escolhi Educação Especial não conhecia direito o curso só o que havíamos pesquisado mesmo. Após prestar o vestibular vem a ansiedade da espera da lista dos aprovados. Lembro como se fosse hoje eu, meus pais, minha irmã, que também havia prestado o vestibular, e mais duas primas, que moravam do lado de minha casa, com o ouvido colado no rádio esperando o resultado. Enfim, escuto o meu nome a emoção tomou conta de mim, pois havia conseguido.

Assim no segundo semestre de 2014 início na Universidade Federal de Santa Maria o tão esperado sonho da graduação. Fui conhecendo o curso, admirando cada vez mais, percebendo e tendo a certeza de que havia feito a escolha certa que realmente queria ser uma educadora.

No ano de 2016 iniciei trabalho voluntariado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com a professora regente da turma. Neste estágio percebia que o público alvo da instituição eram todos adultos e demonstravam autonomia. A partir das situações vivencias na instituição veio o questionamento se havia a inserção dos alunos no mercado de trabalho e se havia como era feita esta inserção.

A partir disto trago como problemática para essa pesquisa: Quais dificuldades estes sujeitos encontram na inserção do mercado de trabalho?

E como objetivo geral definiu-se: compreender a inserção dos sujeitos com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Como objetivos específicos temos:

- Descrever como são oferecidas as vagas de emprego para estes sujeitos;

- Relatar como uma Cooperativa Agrícola vê a inserção do sujeito com deficiência intelectual no mercado de trabalho;
- Investigar o modo que ocorre o processo de inclusão da pessoa com deficiência;

Considero de extrema importância o estudo de como estes sujeitos são inseridos nestas vagas que são destinadas para eles. Pois estes sujeitos têm direito de estarem inseridos no mercado de trabalho, assim conquistando sua autonomia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é a forma como deve ser organizado o estudo por meio de ideias, de modo interpretativo com o auxílio e apoio de referências bibliográficas de autores, com a finalidade de colaborar para o esclarecimento do assunto a ser pesquisado no trabalho e contribuindo no desenvolvimento do estudo, o qual abordou sobre os seguintes assuntos: Educação especial, deficiência intelectual, mercado de trabalho e Inclusão social de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

Para melhor embasamento no referencial teórico foram feitas leituras de artigos selecionados no Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com acesso na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no mês de abril do ano de 2018, com filtro dos últimos cinco anos.

Foram usados os seguintes descritores: deficiência intelectual, mercado de trabalho e educação especial, resultando as combinações a seguir:

- Mercado de trabalho x Educação Especial;
- Mercado de trabalho x Deficiência intelectual;

Após estas combinações resultou em 48 artigos, para a seleção dos artigos foram lidos os resumos de todos. O quadro 2.1 apresenta a combinação dos resultados encontrados:

Quadro 2.1 – Resultados do Portal de Periódicos.

Descritores	Combinações
Mercado de Trabalho x Educação especial	37
Mercado de Trabalho x Deficiência intelectual	11

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a leitura desses resumos, foram selecionados, dois artigos que estão diretamente relacionados com a temática.

Na pesquisa de NEVES-SILVA, PRAIS e SILVEIRA (2015), seu principal objetivo “Compreender as principais barreiras que dificultam a inclusão e, consequentemente, o cumprimento da Lei nº 8213/91 pelas empresas privadas em Belo Horizonte”(p.02).

Os autores trouxeram o quanto é relevante a acessibilidade para que a inclusão do sujeito ocorra de maneira correta, e para uma inclusão adequada dos sujeitos. No texto os autores discutem o preconceito que estes sujeitos sofrem pela sociedade que na maioria das vezes ao invés de incluir estes sujeitos acabam fazendo uma discriminação com os mesmos.

Quadro 2.2 – Resultados dos artigos encontrados a partir das combinações entre os descritores, no portal de Portal de Periódicos.

Título	Autor	Ano
Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil cenário e Perspectiva.	Priscila Neves-Silva, Fabiana Gomes Prais e Andréia Maria Silveira	2015
Direito e Inclusão da Pessoa com Deficiência: Uma Análise Orientada pela Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth	Mariana Moron Saes Braga	2013

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir trazemos BRAGA (2013) que traz como objetivo utilizar os conceitos de inclusão e conhecimento social, derivados da teoria de um filósofo social alemão Axel Honneth,(p.376) o autor traz as mudanças positivas que trazem as leis assim possibilitando o sujeito a ganhos como pessoa e como empregado. A obrigatoriedade dos sujeitos estarem matriculados nas escolas e incluídos no mercado de trabalho.

Este são grandes ganhos para estes sujeitos, assim fazendo valer seus direitos e ter um lugar na sociedade que é seu assim permanecendo no meio escolar e no trabalho, mas respeitando cada um com suas peculiaridades.

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial passou por várias mudanças durante muitos anos. A sociedade brasileira na época do império era caracterizada por ser uma sociedade descolarizada onde a população em sua maioria vivia na zona rural e era iletrada (JANUZZI, 1985).

As pessoas com deficiência eram tratadas como loucas ou retardadas. Não existia nenhum interesse pela educação das pessoas com deficiência, portanto, fortalecia-se a era da negligência (MENDES, 1995).

As pessoas com deficiência eram pessoas silenciadas e segregadas, sendo assim: “Trata-se de um processo ativo, mais ou menos consciente, de segregação de uma parcela da população, portadora de comportamentos dissonantes das expectativas dominantes da sociedade. (JANUZZI, 1985, p.10).

Na elaboração da LDB (Lei das Diretrizes e Bases), na década de 90, a Educação Especial, se fez presente no âmago desta Carta Magna da Educação, pois até ali, mesmo no ensaio da primeira LDB de 1961, a educação especial era tratada

como assunto à parte do sistema educacional brasileiro. Uma vez presente na LDB, a educação especial garantiu acesso e permanência à educação, no “Art. 58 diz que: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.” (LDB, 1996).

Segundo Mantoan (2003),

A evolução dos serviços de educação especial caminhou de uma fase inicial, eminentemente assistencial, visando apenas ao bem-estar da pessoa com deficiência para uma segunda, em que foram priorizados os aspectos médico e psicológico. Em seguida, chegou às instituições de educação escolar e, depois, à integração da educação especial no sistema geral de ensino. Hoje, finalmente, choca-se com a proposta de inclusão total e incondicional desses alunos nas salas de aula do ensino regular.

É preciso descartar os subterfúgios de teorias e entendimentos dúbios quanto ao conceito de inclusão, para tanto, faz-se necessário focar no trabalho educativo para todos, e que vise o desenvolvimento do conhecimento científico construído pela humanidade com a finalidade de uma qualidade de vida para os mesmos.

A deficiência mental, também conhecida como deficiência intelectual é quando o funcionamento da mente é inferior, na qual ocorrem limitações em duas ou mais habilidades, tais como, a comunicação, o cuidado pessoal, as habilidades sociais, a utilização dos recursos da comunidade, a saúde e segurança, as habilidades acadêmicas, o lazer e o trabalho (HONORA; FRIZANCO, 2008).

“A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam um prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro”. (HONORA; FRIZANCO, 2008, p.103).

É indispensável o estudo dos tipos de deficiência para compreender as suas principais limitações e assim criar um plano de cargos adequado, de acordo com as habilidades e competências, explorando o maior potencial dessas pessoas para que possam ser capazes de realizar suas tarefas, sendo que não ocorra a exclusão das mesmas no ambiente de trabalho sendo capazes de se destacar, e crescer profissionalmente.

Atualmente há um número significativo na população, de pessoas com deficiência, a grande maioria delas se sente rejeitada geralmente pelo simples fato da sociedade não lhes dar o devido valor, elas necessitam de atenção, para que as suas necessidades sejam atendidas e através disso possam ter uma vida independente.

O termo deficiência pode ser definido pelos autores Bragança e Parker como “[...] a perda ou a anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”. (BRAGANÇA; PARKER, 2009, p. 25-26).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) a deficiência pode ser definida como “um termo genérico que inclui déficits, limitações nas atividades e restrições

na participação. Indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os fatores contextuais (ambientais e pessoais)". (OMS, 2001, apud, GARCIA, 2008, p.29).

Já a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes traz o conceito da pessoa deficiente "como qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais". (GOLDFARB, 2007, p.33).

No Brasil há duas normas internacionais devidamente ratificadas, o que lhes confere status de leis nacionais, que são a Convenção nº 159/83 da OIT e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida como Convenção da Guatemala, que foi promulgada pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Ambas conceituam deficiência, para fins de proteção legal, como uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de atividades normais da vida e que, em razão dessa incapacitação, a pessoa tenha dificuldades de inserção social. (MINISTERIO DO TRABALHO).

Dados do Censo de 2010 alegam que quase 24% da população Brasileira possui algum tipo de deficiência, destes, 35 milhões disseram possuir deficiência visual, 13,3 milhões deficiência física, 9,7 milhões deficiência auditiva e 2,6 milhões de deficiência mental, portanto ressalta-se o tamanho da responsabilidade com esta parcela da população (IBGE, Censo 2010).

Este estudo portanto, focará na deficiência intelectual o que será conceituado e analisado a seguir.

2.2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Com o passar do tempo notou-se a necessidade de atualizações no conceito e na nomenclatura da deficiência intelectual. Com certeza enorme passo foi dado, mas não quer dizer que ainda não temos muito a caminhar no sentido de valorização e reconhecimento do deficiente intelectual, para trazer alguns conceitos já utilizados há anos atrás trago as palavras de Sasaki (2005, p. 9):

Ao longo da história, muitos conceitos existiram e a pessoa com esta deficiência já foi chamada, nos círculos acadêmicos, por vários nomes: oligofrênica; cretina; tonta; imbecil; idiota; débil profunda; criança subnormal; criança mentalmente anormal; mongoloide; criança atrasada; criança eterna; criança excepcional; retardada mental em nível dependente/custodial, treinável/ades-trável ou educável; deficiente mental em nível leve, moderado, severo ou profundo (nível estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, 1968); criança com déficit intelectual; criança com necessidades especiais; criança especial, etc.

Acerca da deficiência intelectual cabe destacar que “É preciso ter uma visão positiva da deficiência pois uma criança com deficiência não é uma criança defeituosa”. (VIGOSTSKY, 1995, p. 47).

O termo deficiência é usado para definir a ausência ou disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica do ser humano. As crianças que possuem um desenvolvimento diferenciado por apresentarem lesões em seu aparato sensorial, físico ou cognitivo, são consideradas diferentes.

Conforme Pereira (2012) a Deficiência intelectual ou Deficiência mental, anteriormente designada, é definida como uma incapacidade de limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento relativo a adaptação e se origina principalmente antes dos dezoito anos de idade.

As principais características da deficiência intelectual são, segundo Rodrigues (2010):

- Falta de concentração;
- Entraves na comunicação e na interação;
- Menor capacidade para entender a lógica de funcionamento das línguas, por não compreender a representação escrita ou necessitar de um sistema de aprendizado diferente.

Ainda, conforme Dias (2014) podemos dividir os sinais apresentados pelas pessoas com deficiência intelectual em quatro áreas:

- Área motora: se a deficiência intelectual for leve, o aluno apresentará apenas algumas alterações na motricidade fina; já em casos mais graves, pode apresentar dificuldades no equilíbrio, coordenação, locomoção e em manipular objetos.
- Área cognitiva: o aluno possui mais dificuldades para se concentrar, para memorizar e para solucionar problemas. O processo de aprendizagem será mais lento que os colegas sem deficiências, mas pode atingir os mesmos objetivos escolares.
- Área da comunicação: apresenta dificuldades para falar e ser compreendido, mas este fator pode ocorrer por falta de estímulos ambientais.
- Área socio-educacional: a diferença entre idade mental e cronológica faz com que a capacidade de interagir socialmente diminua. Esse fato piora quando o aluno é colocado em turmas com igual idade mental, mas é por meio da interação com pessoas com idade cronológica igual que se desenvolverá mais, adquirindo valores, comportamentos e atitudes de seu grupo.

A deficiência intelectual ou atraso cognitivo diagnostica-se, observando duas coisas (ALMEIDA, 2012):

- Funcionamento cognitivo ou intelectual: capacidade do cérebro da pessoa para aprender, pensar, resolver problemas, encontrar um sentido no mundo.
- Funcionamento ou comportamento adaptativo: competência necessária para viver com autonomia e independência na comunidade em que se insere.

De acordo com Viégas (2004), há quatro fatores causais para a deficiência intelectual:

- Fatores biomédicos ou genéticos: são aqueles que dizem respeito aos processos biológicos.
- Fatores comportamentais: síndrome da criança maltratada, violentada, golpeada, abusada, negligenciada.
- Fatores educacionais: associados ao não atendimento das exigências de apoio e suporte que certas crianças necessitam para o seu desenvolvimento intelectual e habilidades adaptativas.
- Fatores sociais: dizem respeito à interação familiar e social.

Deficiência intelectual é a designação que caracteriza os problemas que ocorrem no cérebro e levam a um baixo rendimento, mas que não afetam outras regiões ou áreas cerebrais. Ou seja, conforme Almeida (2012), deficiência intelectual ou atraso mental é um termo usado quando uma pessoa apresenta algumas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de relacionamento social, comunicação e de cuidado pessoal. Estas limitações provocam maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas.

Conforme Nascimento (2015), os fatores de risco e causas que podem levar à Deficiência Intelectual podem ocorrer em três fases: pré-natais, perinatais e pós-natais.

O conceito de deficiência intelectual mais utilizado hoje na área da educação especial, de tal forma trago AAIDD (2010, p. 1), que conceitua como “caracterizada pela limitação significativa, tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo que se expressam nas habilidades conceituais, sociais e práticas. A deficiência origina-se antes dos 18 anos de idade.”

Desta forma vê-se que com o passar dos anos houve uma certa progressão em relação ao assunto, mais ainda há muito o que ser discutido e pesquisado para uma melhor compreensão de todos.

Vasconcelos (2004, apud Tédde, 2012, p. 23) afirma que a Deficiência intelectual é uma das deficiências mais encontrada em crianças e adolescentes, atingindo 1% da população jovem. Ainda, Tédde (2012), salienta que a deficiência intelectual se caracteriza pela redução no desenvolvimento cognitivo, ou seja, no QI, normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica da criança ou adulto, acarretando muitas vezes um desenvolvimento mais lento na fala, no desenvolvimento neuropsicomotor e em outras habilidades.

Para Fonseca (1995), a criança com dificuldade não deve ser rotulada como deficiente. Trata-se de uma criança normal que aprende de uma forma diferente, a qual apresenta uma discrepância entre o potencial atual e o potencial esperado, pois possui um potencial cognitivo que não é realizado em termos de aproveitamento educacional.

Infelizmente este distúrbio só é percebido em muitas crianças quando elas começam a frequentar a escola. Em muitas crianças a maior parte dos casos de deficiência intelectual só é percebido quando elas começam frequentar a escola, devido a causa dessa patologia ser encontrada em vários graus leves, moderados e mais graves.

Honora e Frizanco ressaltam que a:

deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (HONORA & FRIZANCO, 2008, apud Tédde, 2012, p, 23).

Almeida (2012), enfatiza que a deficiência intelectual não é uma doença e ainda que esta não pode ser contraída a partir do contágio com outras pessoas, ou seja, o convívio com um deficiente intelectual não provocará qualquer prejuízo à outras pessoas. Sendo assim, podemos considerar que o atraso cognitivo não é uma doença mental (sofrimento psíquico), como a depressão, esquizofrenia, por exemplo. Não sendo uma doença, também não faz sentido procurar ou esperar uma cura para a deficiência intelectual.

Assim, Pereira (2012), afirma que a deficiência intelectual é um quadro psicopatológico que se refere, de maneira especial, às funções cognitivas. O que caracteriza a deficiência intelectual são defasagens e alterações nas estruturas mentais para o conhecimento.

Ainda, conforme Silva:

Deficiência intelectual é uma anormalidade psicológica, fisiológica ou anatômica que dificultam o desempenho de atividade/aprendizagem, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. A deficiência prejudica a limitação de habilidades como comunicação, coordenação, algumas vezes equilíbrio, no desempenho de autocuidado. (SILVA et al., 2014, P. 01).

Para Almeida (2012), estas limitações provocam maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas. As crianças com atraso cognitivo podem

precisar de mais tempo para aprender a falar, a caminhar e a aprender as competências necessárias para cuidar de si, tal como vestir-se ou comer com autonomia. Logo, é natural que enfrentem dificuldades na escola, no entanto aprenderão, mas necessitarão de mais tempo. É possível que algumas crianças não consigam aprender algumas coisas como qualquer pessoa que também não consegue aprender tudo.

Bossa (2000) afirma que nascemos com uma tendência nata para a aprendizagem e que a curiosidade é uma característica que surge bem cedo na nossa vida, assim a aprendizagem e a construção do conhecimento, são processos naturais e espontâneos na espécie humana, e caso isso não ocorra, algo está sendo contrariado na lei da natureza e é preciso identificar a causa e combater o sintoma.

No mesmo sentido Bossa (2000) diz que a aprendizagem no indivíduo acontece gradualmente. Assim, aprende-se aos poucos durante toda nossa vida. Então, a aprendizagem é um processo contínuo e cada indivíduo tem o seu ritmo próprio de aprendizagem. Isso acontece quando as experiências anteriores juntam-se à nova aprendizagem.

Assim, o atraso no processo de desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais pode acontecer no aprendizado, com notável dificuldade de compreensão de normas e ordens, dificuldade no aprendizado escolar.

Conforme Silva (2014), a aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual pode ser individual ou através de estratégias de ensino em grupos, mas isto depende de cada situação e de cada indivíduo. As diferenças de ideias, opiniões e níveis de compreensão enriquecem o processo e é diante dessa perspectiva desafiadora que alunos com a deficiência têm urgência nas mudanças escolares.

Menezes (2010, p.8): “afirmou que a construção do conhecimento se dá na ação recíproca e interativa entre sujeito e os objetos do conhecimento”. Ferreira (1998, p.35) acrescenta que “o desenvolvimento intelectual é o processo pelo qual as estruturas da inteligência se constroem progressivamente, através da continua interação entre o sujeito e o meio externo”.

Vygotsky, (apud Oliveira, 1997), em seus estudos, enfatiza o processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo. Sua questão principal é a aquisição do conhecimento pela interação do sujeito com o meio. Para o autor, o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir das relações intra e interpessoais e de troca com o outro. Defende uma abordagem a partir do processo de mediação.

Vygotsky ainda defende uma abordagem que busque a síntese do homem como ser sociológico, histórico e social. Sempre considerou o homem inserido na sociedade, por isso sua abordagem vai à direção dos processos de desenvolvimento do ser humano na dimensão sócio-histórica e na interação do homem com o outro, em um espaço social. Vygotsky (apud Oliveira, 1997, p.35) considera que:

A própria ideia de que o homem é capaz de operar mentalmente sobre o mundo isto é, fazer relações, planejar, comparar, lembrar, etc.- supõe um processo de representação mental. Temos conteúdos mentais que tomam o lugar dos objetos, das situações e dos eventos do mundo real.

O autor trabalha ainda com a existência de dois níveis de desenvolvimento, um que denomina como real e o outro de potencial. Vygotsky apresenta esses níveis com conceito de zona de desenvolvimento proximal, como a distância existente entre a passagem de um nível de desenvolvimento a outro pelo indivíduo. Vygotsky (apud Oliveira 1997 p.59-60).

Denomina essa capacidade de realizar tarefas de forma independente de nível de desenvolvimento real. Para ele, o nível de desenvolvimento real da criança caracteriza o desenvolvimento de forma retrospectiva, ou seja, refere-se a etapas já alcançadas e conquistadas pela criança.

A zona de desenvolvimento proximal refere-se, assim, ao caminho que o indivíduo vai percorrer para o desenvolvimento de suas funções que estão em processo de amadurecimento e que se tornarão funções consolidadas, estabelecidas na zona de desenvolvimento real. A zona de desenvolvimento proximal é, pois um domínio psicológico em constante transformação: aquilo que uma criança é capaz de fazer com ajuda de alguém hoje, ele conseguirá fazer sozinho amanhã.

Sobre a teoria e estudos de Vygotsky, Menezes (2010, p.12) explica que: “o desenvolvimento do indivíduo que possuem deficiência mental dá-se em essência da mesma forma que o desenvolvimento de crianças que não possuem essa especificidade”. De acordo com Beyer (2010, p.103), “é importante frisar que ele não fazia distinção, quanto ao desenvolvimento ontogenético, entre crianças com e sem necessidades especiais”.

2.3 MERCADO DE TRABALHO

O trabalho realizado pelos seres humanos tem dentre suas prerrogativas, melhorar a qualidade da vida social destes. Neste sentido, o trabalho é uma atividade transitória e transformadora, através da qual os seres humanos criam relações entre eles e estabelecem condições materiais que o cercam. Portanto, Antunes (2008) nos fala que: “o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem” (ANTUNES, 2008, p.144).

Pode-se dizer que o trabalho, é algo fundamental para o crescimento e humanização do ser social, ou seja, é o que o torna cidadão de direitos, dando-lhe condições de existência, independente da forma da sociedade, o trabalho pode ser considerado “a única lei objetiva e ultrauniversal do ser social, que é tão eterna quanto o próprio

ser social” (ANTUNES, 2008, p.144). Esta é uma lei histórica, que nasce com o ser social, mas permanece com ele somente enquanto ele viver.

O trabalho é algo usado para caracterizar e definir a época e a história em que vivemos, onde esta se modifica constantemente. Trabalhamos para satisfazer as nossas necessidades, esta é uma relação antiga, pois o trabalho transforma o homem e este, constantemente, transforma a natureza, este processo se apresenta desde as primeiras civilizações até nos dias de hoje com a industrialização e a informatização dos meios de produção.

Netto (2008), por sua vez, refere-se quanto à natureza do trabalho como uma construção que vem se estruturando e se desenvolvendo ao longo do tempo, o trabalho exige muitas vezes um aperfeiçoamento, não basta termos a matéria natural, ele exige instrumentos e os mesmos, habilidades e conhecimentos para desenvolverem o trabalho.

Vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade, obtém-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem as suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho (NETTO, 2008, p.30).

A história da realização do ser humano se concretiza através da produção e reprodução de sua existência ela é feita socialmente pelo trabalho. Para Marx (1982), é a partir do trabalho quotidiano que o homem torna-se social, distinguindo-se de todas as outras formas humanas. O trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social.

“O que chamamos sociedade são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõe que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui” (NETTO, 2008, p. 37).

O surgimento do ser social foi um processo longo numa escala de milhões de anos, onde nos constituímos e nos transformamos devido a uma atividade chamada trabalho, graças a esta atividade nos tornamos seres sociais. Pode-se dizer também que a atividade laboral está relacionada com o desenvolvimento do ser social, como parte do processo de humanização, e não modifica apenas a matéria, ou seja, temos a capacidade de transformar as coisas e nos transformar sem perder a nossa essência.

É notório que passamos, constantemente, por uma transformação, o que nos coloca além do meio ambiente, sendo a principal característica do ser social. Além disso, o ser social, também é dotado de várias outras características que se difundem no trabalho, uma delas é o surgimento da racionalidade, somos capazes de ir além do universo do trabalho. Desta maneira: “o trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural, e, portanto, de manter a vida humana“

(MARX, 1982, p.50).

Neste sentido, o trabalho humano pode ser entendido como uma moeda de troca, criadora de bens e serviços que são utilizados para a sobrevivência das pessoas. Também faz com que estas, se sintam úteis, sendo indispensável para uma existência proveitosa, por isso, somos instigados a buscar alguma forma de trabalho, para a satisfação pessoal.

Desta forma Marx (1982), faz uma reflexão destacando uma dupla centralidade no mundo do trabalho, onde este pode ser compreendido como criador e mantenedor da vida humana, e também como princípio educativo.

O trabalho como criador de valor de uso, tem em suas particularidades o conceito da propriedade, não só como propriedade privada, mas também constituinte de direitos dos seres humanos, apropriando-se dos frutos produzidos para a sua existência, primeiramente física e biológica, e também cultural, social e afetiva. O homem tem a capacidade de criar e recriar a natureza através do conhecimento da tecnologia e da ciência que cada vez mais está sendo cobrada na indústria

O ser humano trabalha, muitas vezes, para suprir suas necessidades, sem se dar conta de que o trabalho também potencializa, e indica caminhos para a liberdade e a autonomia das pessoas, são dimensões distintas, mas sempre interligadas. Nos dias de hoje, estas dimensões tomam mais corpo, pois a própria sociedade nos remete a estas mudanças.

Pode-se dizer que o trabalho é algo necessário a todos os seres humanos para a sua sobrevivência, auxilia na busca de caminhos para a autonomia dos seres, e também em sua essência tem um princípio educativo, onde pode ser aprendido e socializado, sendo um direito dos seres humanos.

Conforme Frigotto (1998, p.65), "trata-se de aprender que o ser humano como ser natural necessita elaborar a natureza, transformá-la e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais e socioculturais". No entanto, o ser humano é capaz de aperfeiçoar-se, trabalhar em grupo, desenvolver suas ideias e colocá-las em prática. Se este valor não for socializado, o ser humano acabará alienado, cria-se a ideia, de ser natural viver do trabalho e da exploração dos outros.

Ao falar em trabalho temos de ficar atentos a várias mudanças que aconteceram, e acontecem nos dias de hoje, que cada vez mais modificam as relações sociais dos indivíduos, esse não pode mais ser visto, só como criador, mantenedor e como princípio educativo, pois por traz destes princípios esconde a exploração das classes sociais, os que têm mais mandam e os que têm menos obedecem, dessa forma, tornam-se alienados ao trabalho, sujeitando-se a esta situação de exploração pelos detentores dos meios de produção.

A sociedade é um meio desafiador e para as pessoas com deficiência não é diferente, encontram desafios a todo o momento e em todas as áreas como na da

educação, na vida em sociedade, no mercado de trabalho. Assim trago Silva, Prais e Silveira (2014, p.3),

uma sociedade para ser inclusiva tem que acolher todos os indivíduos respeitando suas diferenças, particularidades e limitações. Contudo, muitas sociedades não estão preparadas para lidar com as diferenças, o que promove a discriminação. O preconceito e a discriminação representam um grande entrave à inclusão, uma vez que, promovem estigmas e criam estereótipos, dificultando a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas privadas. Estas diferenças são identificadas por algumas empresas como um complicador na relação com o cliente. (SILVA; PRAIS; SILVEIRA; 2014, p.3)

A conquista de uma vaga no mercado de trabalho é um sonho de toda a sociedade, para conquistarmos nossa autonomia financeira e independência. Os sujeitos com deficiência também tem vontades, sonhos para suas vidas e uma delas é a inserção no mercado de trabalho e um lugar na sociedade.

A lei de inclusão possibilita a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, sendo assim Silva, Prais e Silveira trazem:

No intuito de promover a inclusão no mercado de trabalho foram promulgadas várias leis, sendo a mais recente a lei nº 8213/91 que, em seu artigo 93, descreve: “a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I- até 200 empregados, 2%; II- de 201 a 500, 3%; III- de 501 a 1.000, 4% ; IV- de 1.001 em diante, 5%” (lei nº 8213/91, art. 93)5 . (SILVA; PRAIS; SILVEIRA; 2014, p.2)

Sendo assim a inserção destes sujeitos no mercado de trabalho lhes possibilita oportunidades de socialização, autonomia, autoestima, para ocuparem seus espaços na sociedade.

2.4 INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MERCADO DE TRABALHO

A questão moral das pessoas com deficiência é um assunto que está sendo muito debatido nos dias atuais. Antigamente as pessoas com deficiência, chegavam a ser separadas das demais, pois eram vistas até como maldição.

Deficiência, na língua portuguesa, será sempre sinônimo de insuficiência, de falta, de carência e, por extensão de sentido, de perda de valor, falha, fraqueza, imperfeição. A palavra representa e estabelece a imagem. Talvez tudo tenha começado entre o final do século XIX e XX quando surgiram as instituições totais que confinavam e isolavam no mesmo espaço todos os que tinham sequelas físicas ou mentais (RIBAS, 2007, p. 12).

A inclusão social é o maior desafio que se encontra no processo de adaptação da pessoa com deficiência, pois refere-se à inserção desses sujeitos no âmbito social, não deixando de ser um problema cultural estabelecido a milhares de anos.

Os conceitos referentes à inclusão à integração sociais ainda são muito debatidos, principalmente em relação às dificuldades enfrentadas pelos indivíduos com deficiência. A informação deficitária da sociedade em relação aos diversos tipos de deficiência contribui para a segregação desses indivíduos, prejudicando a aceitação e a convivência com o deficiente, que ainda é discriminado e considerado doente (ROCHA, 2006, p.188).

Por muito tempo, esses indivíduos, não possuíam estrutura nenhuma em atividades relacionadas a uma vida ativa, como a de qualquer cidadão normal. Dessa forma, sua vida era bastante limitada, tendo um convívio muito restrito com outras pessoas da sociedade.

Infelizmente, muito recentemente na história da humanidade é que foi reconhecida a possibilidade de integração das pessoas com deficiência capazes de se adaptar, mantendo-se o assistencialismo e segregação para aqueles que não conseguiam participar da vida em comunidade por causa de sua deficiência. No Brasil, este movimento esteve bastante forte nas décadas de 1970 e 1980, daí a existência de normas dessa época (RAMOS, FÁVERO, 2002, p. 9).

O Brasil, considerado um país democrático, com aspectos norteadores como, soberania, cidadania, dignidade humana, acesso social ao trabalho, entre outros, seria de ordem prioritária que posturas preconceituosas fossem superadas, e que melhores condições de vida fossem prestadas a esses indivíduos.

Art.1º Fica instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a estabelecer diretrizes gerais, normas e critérios básicos para assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando inclusão social e cidadania participativa plena e efetiva (PAIM, 2007, p.9).

A inclusão social é um tema que está a muitos anos no contexto mundial, de acordo com Rocha (2006, p.12), a começar na Segunda Guerra Mundial, quando surgem as primeiras organizações de deficientes, formadas por pessoas normais, com o fim especial de integração social.

2.4.1 Amparo legal e as políticas de inclusão social para pessoas com deficiência

A primeira vez em que as pessoas com deficiência foram citadas na Constituição Federal Brasileira foi na Constituição de 1934, que se tornou a primeira a inserir direitos sociais.

Nas Constituições de 1946 e 1967 não foi feito nenhuma menção com relação às pessoas com deficiência, porém, cabe destacar que foram estas as primeiras a inserir os direitos previdenciários e trabalhistas.

Na Emenda 01 de 1969 encontra-se a primeira referência constitucional às pessoas com deficiência, onde esta emenda alterou o artigo 175, §4º da Constituição Federal de 1967 que passou a ser da seguinte forma:

Art.175- A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos.

§4º Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais.

Pode se observar que o dispositivo se refere à expressão “excepcional”, onde Pontes de Miranda, por sua vez, conceitua essa disposição constitucional referindo-se a excepcionais como pessoas que por deficiência física ou psíquica necessitem de assistência.

Nair Lemos Gonçalves faz referência ao artigo 175, §4º da Constituição Federal Brasileira de 1967, onde supõe a necessidade de criação de normas para a integração das pessoas com deficiência mental, objetivando a capacitação e profissionalização das pessoas com deficiência visando à possibilidade dessas pessoas encontrarem oportunidades de emprego e acesso social. Em seguida, surgiu a Emenda 12 de 1978 que prevê em um único artigo que:

É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, especialmente mediante:

I - educação especial e gratuita;

II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;

III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e salários;

IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Pode-se verificar que na emenda constitucional citada, foram inseridas tutelas vinculadas à educação; reinserção na vida econômica e social; ao trabalho; e acessibilidade aos edifícios e logradouros públicos. Muito embora a Emenda 12/78 tenha feito valer direitos relacionados à pessoa com deficiência, apenas com a Constituição Federal de 1988 é que o assunto tem avanço.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 tem vários dispositivos dedicados ao amparo das pessoas com deficiência, ressaltando que são estendidos a estas pessoas os direitos à cidadania e à dignidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 1º, *caput*, estabelece que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Considera-se com o que dispõe esse artigo que, dignidade e pessoa humana devem ser consideradas em toda interpretação constitucional. Todas as pessoas têm direito a uma vida digna.

O Estado e a sociedade têm obrigação de juntar esforços com finalidade de promover a proteção das pessoas com deficiência e fazer valer os direitos tutelados na Constituição e nas leis.

Foram introduzidos na Constituição Federal de 1988 muitos dispositivos em prol dos direitos das pessoas com deficiência. Destaca-se também que foram inseridas várias normas relacionadas ao trabalho da pessoa com deficiência. Pode-se observar que após 1988 houve uma grande evolução com relação ao assunto, destacando a promulgação da Carta Magna e, as inúmeras leis promulgadas após esse período.

Na Constituição Federal de 1988 são previstas normas voltadas ao direito do trabalho das pessoas com deficiência, tanto no setor privado como no público. A Constituição de 1988 determina que seja de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios cuidar da assistência pública e saúde, da garantia e proteção das pessoas com deficiência (artigo 23, II).

O artigo 7º, XXXI, da Constituição Federal de 1988, visando os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais e urbanos, proíbe discriminação salarial e de admissão para com as pessoas com deficiência, assegurando assim, o princípio da igualdade.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

Em relação a este dispositivo, pode-se dizer que este artigo é de suma importância, onde a nação brasileira deve assumir o compromisso de contratar pessoas com deficiência como trabalhadores, sendo que suas limitações físicas e/ou intelectuais não venham a ser um empecilho para o desempenho da atividade disponível.

Com relação ao setor público, o artigo 37, VIII, da Constituição Federal de 1988 estabelece que se reserve, por lei, um determinado percentual de cargos para as pessoas com deficiência e que sejam definidos os critérios de admissão. Este dispositivo vem a estipular a discriminação na esfera da administração direta e indireta.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Este dispositivo ressalta que o candidato com deficiência não terá oportunidade de se habilitar para qualquer vaga, somente para aquela que esteja apto.

O artigo 203, IV e V, da Constituição Federal de 1988 preveem:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...)

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

No artigo mencionado fica estabelecida que a assistência social deva ser prestada a quem dela precisar, independente de contribuição à seguridade social. Tendo como objetivos a reabilitação e habilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua inclusão social, garantir um salário mínimo mensal a estas pessoas e ao idoso que comprovarem não ter recursos para se manter, ou que possam ser mantidos por sua família.

Inclusão Social refere-se a um processo em que a sociedade se organiza com a finalidade de incluir pessoas com deficiência para assumirem seus papéis sociais. Tem como objetivo a aceitação de diversas diferenças individuais de cada pessoa, a aprendizagem e a convivência da diversidade humana. Segundo Sassaki (1997, p. 42):

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, também do próprio sujeito com necessidades especiais.

Este processo resulta em uma adaptação da sociedade para que estes sujeitos com deficiência possam vir a ser incluído em uma organização social, a partir deste momento, esta pessoa passa a assumir seu papel perante sua comunidade.

3 METODOLOGIA

O método é um processo onde podemos conhecer uma determinada realidade, descrever comportamentos e certos procedimentos, assim Minayo (2001, p.4), nos traz que é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. Assim será utilizada a pesquisa qualitativa que,

envolve uma abordagem interpretativa no mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (DENZIN, N, K.; LINCOLN, Y. S.; 2006, p.20).

Desta forma para interpretação e análise de dados utilizei descrições e narrativas, juntamente com o estudo de caso.

O estudo de caso, assim de acordo com Yin (2000, p.01), “Complementa-se assim que é o tipo de pesquisa no qual um caso (fenômeno ou situação) individual é estudado em profundidade para obter uma compreensão ampliada sobre outros casos (fenômenos ou situações) similares.” O estudo procura apresentar um quadro detalhado de um fenômeno para facilitar a sua compreensão, pois não há a tentativa de testar ou construir modelos teóricos.

O estudo de caso também utiliza a descrição, interpretar os dados num esforço para classificar e contextualizar a informação e talvez teorizar sobre o fenômeno, também tanto a descrição quanto a interpretação, mas o objetivo principal é usar os dados para avaliar o mérito de alguma prática, programa, movimento ou evento.

um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 195).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma Cooperativa Triticola composta por uma rede de cooperativas e está dividida em sete unidades. A empresa possui aproximadamente 6000 associados, emprega cerca de 1000 pessoas. A primeira empresa foi criada na década de 1950, em um município do interior do estado baseada nos princípios do cooperativismo, tem como principal produto o arroz que corresponde 40% do faturamento anual (informações cedidas pelo gerente geral da empresa).

A unidade onde foi feita a pesquisa está localizada em um município que de acordo com os dados do IBGE¹ (2017) a “população estimada de 7.053 pessoas”,

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

e assim, tal unidade está dividida em quatro departamentos sendo eles: mercado agropecuário, supermercado, setor de produção e administração. A unidade possui no total 128 empregados sendo eles duas pessoas com deficiência intelectual.

Foram definidos como participantes da pesquisa os dois sujeitos com deficiência intelectual sendo elencados como E3 e E4, gerente local e supervisor da unidade (E1) e supervisor do outro sujeito (E2).

3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

As entrevistas foram realizadas conforme o roteiro, sendo que deixei explícito os roteiros foram diferenciados para os sujeitos. No momento da realização das entrevistas entreguei para os sujeitos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pedindo assim a permissão para gravação e posteriormente transcrição das narrativas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O referencial teórico trazido nas páginas anterior dará suporte para análise dos dados que será discutida com as narrativas dos sujeitos entrevistados. Os dados apanhados com as entrevistas foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo. Após a transcrição das entrevistas fiz a leitura minuciosa dos relatos dos sujeitos da pesquisa, a onde separei em categorias para melhor compreensão.

Elaboraram-se duas categorias sem desviar dos objetivos da pesquisa sendo elas: Vagas de empregos e inserção dos sujeitos com deficiência intelectual e Inclusão do sujeito com deficiência intelectual no mercado de trabalho. Assim detalharei e discutirei os resultados da pesquisa.

4.1 VAGAS DE EMPREGOS E INSERÇÃO DOS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Nesta categoria buscou-se compreender como as vagas de empregos são oferecidas para os sujeitos com deficiência intelectual.

Segundo a ONU (organização das nações unidas) o direito de trabalho é garantido para estes sujeitos: “No artigo 23 da Declaração dos Direitos Humanos toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”. (ONU, 1948).

Uma vaga no mercado de trabalho hoje em dia tem sido muito disputada e concorrida pela sociedade em geral. É de direito destes sujeitos como de qualquer um esta inserido no mercado de trabalho e é garantida pela constituição Federal de 1988 no artigo 37 que determina um percentual de cargos para pessoas com deficiência: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão; Assim trago os sujeitos E1 e E2 falam

E1: “Como a cidade é pequena temos até dificuldade em contratarmos estes colaboradores. Temos uma parceria com a APAE da nossa cidade assim eles lá na APAE selecionam os sujeitos que querem e que tem permissão das famílias”.

E2: “Não tem uma seleção pois a cidade é pequena e a procura dos sujeitos não ocorre normalmente a empresa que vai atrás destes sujeitos temos parceria com uma instituição filantrópica que nos encaminham os sujeitos para entrevistarmos e assim quando possível inserimos eles”.

Nas cidades menores e dos interiores do estado onde os sujeitos foram criados só com os pais e alguns de seus familiares é normal para as famílias deixarem os sujeitos isolados do mundo social. Assim não desenvolvendo autonomia e capacidade destes sujeitos serem capazes sim de procurarem uma vaga de emprego e de serem inseridos na sociedade e no meio de trabalho.

Um dos fatores colocado pelos entrevistados como um ponto pela não procura por uma vaga no mercado de trabalho é o BPC (Benefício de prestação continuada) um benefício de assistência social disposto pela constituição de 1988 pela lei 8.742/1993 a lei orgânica de Assistência Social, é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, com idade de sessenta e cinco anos ou mais, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.” (BRASIL, 1993).

Segundo a pesquisa de NEVES-SILVA (2015) em relação ao BPC, enquanto fator de desestímulo à procura de inserção no mercado de trabalho formal, não reduz ou ignora a sua importância enquanto uma conquista social capaz de resguardar as pessoas com deficiência e suas famílias da privação material extrema (p.2552). Um dos fatores que diminui a procura pelas vagas ofertadas também é o benefício que estes sujeitos recebem como traz o entrevistado E1:

E1: “os que querem e os que a família permitem porque as famílias na maioria dos casos que tem o benefício que as famílias tem medo de perder porque todo mês esta na conta e aqui pode não dar certo daí tem que fazer toda a papelada de novo”.

E2: “ no momento do contato nosso com as famílias e com o responsável eles nos colocam que os sujeitos recebem o benefício e é nítido a preocupação que eles tem que os sujeitos percam este dinheiro”.

Nos dias atuais percebemos que o oferecimento destas vagas tem crescido cada vez mais e que estes sujeitos tem sim ocupado as vagas, porem nas cidades menores as empresas ainda tem dificuldades de preencher as vagas.

Como percebemos na fala acima a empresa se disponibiliza em oferecer estas vagas para os sujeitos, mas nem sempre isto depende só da empresa e dos sujeitos. As famílias normalmente estão ligadas diretamente á estes sujeitos assim interferindo nas suas escolhas. E um dos motivos da baixa procura das vagas como o entrevistado E1 colocou acima é o benefício que as famílias sabem que é um dinheiro certo o mês todo por um trabalho.

A família deveria ver esta oferta como um meio de desenvolvimento e progresso do sujeito, como um fator para melhor desenvolvimento social e de inclusão para o sujeito. Assim o entrevistado coloca:

E1: “a família tem que abrir o caminho para os sujeitos com deficiência inserindo eles nas vagas de empregos para terem contato com outras pessoas não só com a família e com parentes, mas sim com a comunidade onde vive e a sociedade em geral”

Segundo Antunes “o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem” (ANTUNES, 2008, p.144).

A família tem que ser a primeira incentivadora destes sujeitos, promovendo a autônoma e incentivando eles a procurarem estas vagas se são oferecidas mas que tem baixo índice de procura, que não deveria de ter porque estes sujeitos tem que estar incluídos na sociedade em geral e o trabalho é uma forma de incentivar estes sujeitos a inclusão e a sua autonomia.

O sujeito E1 fala: *“a nossa empresa por ser uma das maiores da cidade esta sempre procurando em inserir estes sujeitos dando assim para eles o suporte necessário para ocuparem as vagas”*.

A entrevistada E2 coloca: *“nós como uma grande empresa temos o dever de incluir os sujeitos da nossa cidade assim proporcionando a autonomia dele e dando para eles o direito de estar incluídos na sociedade eu como ser humano tenho o prazer de conviver com estes sujeitos e aprendo cada dia uma coisa nova com eles estão sempre me surpreendendo ”*.

As empresas são um fator importante para a inserção dos sujeitos também no mercado de trabalho sempre incentivando e motivando eles para assim terem um bom desempenho no trabalho e na vida social. O E2 fala:

“nós acolhemos tanto o sujeito como a família também para assim termos uma melhor inserção e inclusão destes sujeitos, damos o suporte necessário para eles assim acolhendo eles fazendo deles parte da família da nossa empresa”...

Assim percebe-se que a empresa é comprometida e prestativa com seus empregados sempre procurando acolher e auxiliar eles nas atividades diárias. Assim possibilitando ainda mais a inserção destes sujeitos no mercado de trabalho proporcionando aos sujeitos autonomia, reconhecimento pelo seu trabalho e incluindo eles cada vez mais no mercado de trabalho e também na sociedade assim possibilitando eles um reconhecimento profissional e uma autonomia para assim serem independentes financeiramente e pessoalmente.

4.2 INCLUSÃO DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MERCADO DE TRABALHO

Segunda Masson (2009, p.50): A inclusão das pessoas com deficiência intelectual no processo produtivo é um dos maiores obstáculos para a sua inclusão social. Há ainda preconceitos em relação à sua capacidade em um conceito competitivo que hoje orienta o mercado empresarial, este preconceito está se relacionado ao desconhecimento a cerca das reais possibilidades do deficiente de se inserir como agente ativo do processo de produção, desde que lhe sejam dado as oportunidades de desenvolvimento de todo potencial. Assim trago o sujeito E1:

“Para que eles possam ser incluídos na sociedade e no mercado de trabalho o percurso começa em casa com seus pais aceitando eles e respeitando assim a sociedade em geral aceita e respeita estes sujeitos. Os nossos sujeitos sim estão totalmente incluídos na empresa na sociedade e na comunidade em geral.”

O entrevistado E2 fala: *“inclusão é o que a nossa empresa mais preza incluir qualquer sujeito sendo ele com deficiência ou não, sempre fazendo.”*

Com a própria deficiência os sujeitos têm certa restrição em algumas habilidades, mas isto não pode impedir os sujeitos de estarem incluídos no mercado de trabalho assim buscando por seus sonhos e desejos, a superação e a força de vontade deles e bem maior que qualquer dificuldade e habilidade para fazerem qualquer coisa, como fala o entrevistado E2:

“os sujeitos aqui da empresa como qualquer outra pessoa tem dificuldade em fazer algumas coisas, mas nos como empresa sempre estamos incentivando eles e motivando eles a fazerem as coisas”

O processo de inclusão é um assunto que vem se tornando cada vez mais discutido pela sociedade em geral. A família tem que lutar junto com os sujeitos pelo espaço deles na sociedade, deve estar presente e sempre apoiando os sujeitos em suas escolhas e decisões para assim este processo de inclusão não se tornar uma coisa dolorosa e traumática para os sujeitos.

E2 fala: *“os sujeitos aqui na empresa são acolhidos desde o primeiro momento quando ainda estão lá na instituição, pois fazemos visitas mensalmente para não perder o vínculo com eles”.*

Para um bom processo de inclusão destes sujeitos no mercado de trabalho tem um ponto bem importante que é o meio onde eles vão trabalhar que envolve uma equipe os colegas de trabalho, assim vamos trazer nesta categoria como é o relacionamento destes sujeitos com os colegas de trabalho.

Este é um processo muito importante na vida destes sujeitos é a onde se sentiram abraçados e acolhidos pela sociedade, onde terão oportunidades de mostrarem seus potenciais este primeiro momento de contato com as empresas é um momento

muito importante e é importante que as empresas contratante se mostrem acolhedoras e receptivas com os indivíduos. Como veremos no relato do E3:

'eu gosto muito deles eles me ajudam quando não sei fazer as coisas vou à casa deles jantar eles são meus amigos que arrumei aqui no trabalho e o Zeca e o melhor deles o Zeca e o meu chefe mas e mais meu amigo'.

A inclusão proporciona para os sujeitos uma vida com autonomia, oportunidades de amizades fora do convívio familiar e é notório a evolução dos sujeitos e realização deles como pessoas quando estão inseridos na sociedade, mostrando sua capacidade e sua potencialidade. E um relacionamento bom com os colegas dá certa segurança para eles como mostra o entrevistado E3 e E4:

"quando vim aqui pela primeira vez fiquei com medo eu acho que era medo mas depois fiz amigos aqui e não tenho mais medo eles me ajudam quando não sei fazer as coisas mas agora ta tudo bem eu gosto daqui, eu não saia sozinho agora vou ate pro trabalho sozinho e não tenho medo vou e volto sozinho".

"eu gosto dos meus colegas e do meu serviço também tenho vários amigos aqui ate a chefe e minha amiga conversamos e tomamos mate e compro minhas coisas com meu dinheiro".

A autonomia e a independência dos sujeitos são processos que fazem parte da vida de qualquer um. E para eles esta autonomia de ir e vir e de poder comprar as coisas com o dinheiro do próprio trabalho é notório no rosto a felicidade e satisfação. Uma coisa que para nos que pode ser tão simples, mas que para outras pessoas é de muita importância e prazeroso.

Entrevistado E3 fala: *"eu saio com a minha mãe compro minhas roupas e agora ate posso dar presente para ele e também compro pra minha namorada".*

A autonomia dos sujeitos com deficiência intelectual pode ajudar a desenvolver neles a autoestima se sentirem útil para algo ou alguma coisa assim podendo fazer suas coisas sozinhos sem depender de alguém.

Um dos pontos importantes para a efetiva inclusão no mercado de trabalho é a relação entre sujeitos com deficiência intelectual e os demais colegas de trabalho. Para um bom desempenho de qualquer pessoa no ambiente de trabalho devemos manter um bom relacionamento com nossa equipe. O sujeito E2 fala:

"Sim os colegas sempre a ajudam quando tem dificuldade são bem prestativos ajudam sempre que necessário"

Eles perceberem que os colegas se importam e estão dispostos a ajudar motiva estes sujeitos a fazerem o melhor trabalho possível e com harmonia e união. Todos nos gostamos de uma ajuda e de pessoas parceiras do nosso lado e com estes sujeitos funciona da mesma forma.

Trabalharmos em um lugar agradável de harmonia e união torna o trabalho mais prazeroso e aumenta nosso desempenho nas atividades propostas a nós. Ter uma boa

equipe unida e trabalhando em conjunto também assim podemos ajudar melhor nossa empresa e se torna mais agradável o ambiente.

As pessoas com necessidades especiais também necessitam deste ambiente harmonioso e agradável. Sabemos que elas têm o tempo diferente do nosso para realizar as atividades, mas com ajuda da equipe a onde ela esta incluída pode desenvolver as atividades e forma prazerosa e com dedicação como falam os sujeitos E3 e E4:

“ aqui no meu emprego fiz meus melhores amigos, antes eu não saia agora saio com eles são meus amigos verdadeiros eles me ajudam quando tenho dificuldade”.

“Sim todos eu gosto deles são irmão e amigos queridos, me ajudam quando não sei fazer, eu gosto dos meus colegas”.

A importância dos colegas no processo de inclusão e de adaptação dos sujeitos no ambiente de trabalho e notório, os sujeitos com deficiência intelectual demonstram carinho e afeto pelos seus colegas e é muito bom para a adaptação deles assim se sentem valorizados e seguros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivos investigar como ocorre o processo de inclusão dos sujeitos no mercado de trabalho, a inserção destes sujeitos e como são oferecidas as vagas de emprego. Para responder ao problema central do estudo buscou-se refletir sobre a inclusão destes sujeitos no mercado de trabalho.

Com base nos relatos dos quatro entrevistados sendo eles o gerente geral da cooperativa, a supervisora de um dos sujeitos e dois sujeitos com deficiência intelectual foi pautado este trabalho. Fundamentado nos relatos que foram essenciais para a discussão do trabalho busquei encontrar respostas para o problema desta pesquisa.

A partir das análises das entrevistas foi possível constatar a importância dos colegas de trabalho dos sujeitos com deficiência intelectual para o processo de inclusão dos mesmos na empresa. Nas falas dos sujeitos da para ver o carinho que os sujeitos falam de seus colegas o quanto eles estão presentes nas atividades diárias deles. Assim tornando o ambiente de trabalho em um ambiente harmonioso e de afeto. Apesar das dificuldades encontradas no primeiro momento do contato dos sujeitos no ambiente de trabalho as colegas estiveram por perto auxiliando tornando este momento mais leve e prazeroso para eles.

Desta forma os colegas têm um papel importantíssimo tanto no processo de inclusão como na adaptação dos sujeitos na empresa assim tornando-se amigos dos sujeitos.

Os resultados mostram que a empresa tem dificuldades em contratar estes sujeitos, a procura pelas vagas não acontecem eles que tem que ir atrás destes sujeitos para colocarem nas vagas que por lei são destinadas. Percebe-se que esta baixa procura é por causa do medo do benefício que eles recebem o medo de trocar uma coisa que na visão dos pais é certa por uma coisa que não pode dar conta. Mas os pais deveriam pensar primeiramente nas escolhas que seus filhos fariam e o quanto esta vaga de emprego poderia lhes dar autonomia e pode fazer bem para eles estarem inseridos no mercado de trabalho e também na sociedade.

A pesquisa também nos mostra que a empresa esta disposta em incluir estes sujeitos no mercado de trabalho e que esta sempre procurando a ajudar os sujeitos tanto com os projetos que tem em parceria com a instituição tanto como indo atrás destes sujeitos. É uma empresa que acolhe junto com o sujeito a família dando todas as informações necessárias.

Os resultados mostram o quanto a empresa se empenha para ocupar estas vagas, mas que nem sempre dependem só delas dependem também das famílias incentivarem estes sujeitos nas criando uma barreira e deixando eles só na convivência familiar. As famílias devem se conscientizar o quanto é importante para estes sujeitos terem contato com a sociedade e com o mundo para uma compreensão do mundo e

da sociedade.

Cada sujeito participante da pesquisa contribuiu para a pesquisa assim desenvolvendo este trabalho juntamente comigo, podendo beneficiar outras pessoas para melhor compreensão do assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria S. F. **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica.** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1995.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.** Porto Alegre: Mediação, 2010. 3 ed.

BEYER, Hugo Otto. **O Fazer Psicopedagógico: A abordagem de REUVEN FEUERSTEIN a partir de Piaget e Vygostky.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

BOSSA, N. A. **Dificuldades de aprendizagem, o que são? Como trata-las?** Porto Alegre: Artmed. 2000.

BRAGA, M. M. S.; SCHUMACHER, A. A. **Direito e Inclusão da Pessoa com Deficiência: Uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth.** Soc.

CAPUTO, Stela G. **A escola e os terreiros.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003. (Projeto de Tese de Doutorado em Educação).

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 15 - 41, 2006.

JANUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil –** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica -** 5. ed. - São Paulo : Atlas, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo : Moderna, 2003.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** Universidade de São Paulo, 1995.

MENEZES, Eliana Pereira de. (et.al.). **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência mental. Material didático para o curso de capacitação para formação de professores para o atendimento educacional especializado.** Módulo V. Santa Maria, UFSM: 2010.

MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES –SILVA, Priscila; PRAIS, Fabiana Gomes; SILVEIRA, Andréia Maria. **Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva.** Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, V.20, n.8, p.2549-2558, Aug. 2015.

SILVA, Priscila N.; PRAIS, Fabiana G.; SILVEIRA, Andréa M. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e pers-**

pectiva. Centro de Pesquisas René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz. Av. Augusto de Lima 1715, Barro Preto. Belo Horizonte, MG Brasil, 2014.

TANAKA. E. D. O. MANZINI. E. J. Concepções sobre o trabalho da pessoa com deficiência. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência. Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP 2005.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Curso de Educação Especial –
Licenciatura
Disciplina: TCC – Trabalho de
Conclusão de Curso



Roteiro de entrevista para os gerentes da empresa.

1. Qual seu nome, idade, tempo de serviço na empresa?
2. Como você vê a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho?
3. Quantas pessoas com necessidades especiais já trabalharam aqui durante o período que esta na empresa?
4. Como é feita a seleção dos candidatos com deficiência?
5. É exigido grau de escolaridade na hora da seleção?
6. Em caso de empate quais os critérios utilizados para o desempate?
7. Após a efetivação dos sujeitos selecionados, como são distribuídos pelos setores?
8. Eles recebem algum tipo de treinamento para as funções que são destinadas?
9. Recebem algum tipo de capacitação com o passar do tempo?
10. Como é a socialização deles com os colegas de trabalho?
11. Os colegas se mostram prestativos quando percebem alguma dificuldade deles?
12. Como você vê a interação dos clientes com os sujeitos?
13. A empresa propõe desafios para os sujeitos?
14. Como eles correspondem a estes desafios?
15. No seu ponto de vista há a inclusão do sujeito?
16. O que a empresa poderia mudar para auxiliar na inclusão destes sujeitos?

APÊNDICE B – ENTREVISTAS



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Curso de Educação Especial – Licenciatura
Disciplina: TCC – Trabalho de Conclusão de
Curso



Roteiro de entrevista para os sujeitos com deficiência intelectual.

1. Qual seu nome e idade?
2. O que você faz aqui no seu trabalho?
3. Você gosta de trabalhar aqui?
4. Você tem um bom relacionamento com seus colegas?
5. Você já trabalhou em outros lugares?
6. Você gosta de ter seu próprio dinheiro.
7. Qual profissão gostaria de seguir?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Curso de Educação Especial –
Licenciatura
Disciplina: TCC – Trabalho de
Conclusão de Curso



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu, Janaina de Azambuja da Silva, estudante de Graduação em Educação Especial, noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estou realizando uma pesquisa para meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada "Mercado de trabalho: desafios e conquistas na inserção da pessoa com deficiência intelectual em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul" sob orientação da Professora Doutora Sabrina Fernandes de Castro.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa, mas é importante lembrar que a sua participação não é obrigatória e a qualquer momento pode desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O procedimento não causará nenhum dano à integridade dos participantes e sua identificação será mantida sob sigilo. Poderá haver desagrado em alguns momentos com relação ao tempo despendido para a entrevista e alguns assuntos abordados. Sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que podem trazer benefícios para a área de Educação Especial. Assim, os dados obtidos da entrevista serão apresentados em forma de trabalho de conclusão de curso e poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários e publicados em diferentes meios como relato de pesquisa. Todas as 26 informações obtidas serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo nominal de todos os envolvidos.

Eu, _____ declaro aceitar participar da pesquisa e também declaro estar ciente de que minha participação é voluntária, podendo ser solicitado o desligamento a qualquer momento e que a minha identidade será preservada. Alego que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa. O pesquisador me informou que o projeto faz parte do seu TCC, do curso de licenciatura em Educação Especial, noturno, da Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do participante

Janaina de Azambuja da Silva

(55) 999993284

Acadêmica

Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Fernandes de Castro

(55) 98428-8330

Orientador

APÊNDICE D – CARTA DE CARACTERIZAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Curso de Educação Especial –
Licenciatura
Disciplina: TCC – Trabalho de
Conclusão de Curso



Carta de Caracterização

APRESENTAÇÃO

Ao cumprimentar, apresento-me como Janaina de Azambuja da Silva. Atualmente estou cursando o 8º semestre do curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno da Universidade Federal de Santa Maria. Como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) elaborei o projeto de pesquisa profissional intitulado “Mercado de trabalho: desafios e conquistas na inserção da pessoa com deficiência intelectual em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul”.

OBJETIVO GERAL DA PESQUISA:

Compreender a inserção dos sujeitos com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Descrever como são oferecidas as vagas de emprego para estes sujeitos;
- Relatar como uma Cooperativa Agrícola vê a inserção do sujeito com deficiência intelectual no mercado de trabalho;
- Investigar o modo que ocorre o processo de inclusão da pessoa com deficiência;